

O DESVELAMENTO DO *ETHOS* DE NEEMIAS NA REFORMA SOCIAL DA JERUSALÉM PÓS-EXÍLICA

Wagno Broedel Palma¹

Mestrando em Linguística – UNIFRAN

Luana Ferraz²

Doutora em Língua Portuguesa – PUC-SP

Maria Flávia Figueiredo³

Doutora em Linguística – UNESP

RESUMO

Depois da total destruição de Jerusalém por Nabucodonosor no século VI a. C., Neemias despontou como um grande orador, cujos discursos, reacenderam a esperança do povo e persuadiram-no a reconstruir tudo o que havia sido devastado. Neste artigo, analisaremos o capítulo cinco do livro bíblico, Neemias, que trata da reconstrução da estrutura social de Jerusalém mediante a justiça e o perdão das dívidas. Para isso, servimo-nos da compreensão do *ethos* nos autores Aristóteles (2005), Cícero (2002), Quintiliano (2004), Santo Agostinho (2002), Reboul (2004), Meyer (2007) e Abreu (2001). A partir de uma análise qualitativa do texto, desvelamos o *ethos* de Neemias no processo de persuasão que teve como finalidade a reforma social dentro da complexa reconstrução da sociedade judaica pós-exílica. Dessa maneira, esperamos ampliar nossa percepção do texto bíblico e revelar a eficácia oratória do então governador de Jerusalém.

Palavras-chave: Retórica. *Ethos*. Texto bíblico. Neemias. Reforma social.

Introdução

A Retórica nasceu com os sofistas, mas foi Aristóteles seu grande sistematizador. Ele definiu-a como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2005, p. 95). Para alcançar a persuasão, a Retórica comporta três tipos de provas (*pisteis*). Duas são de caráter afetivo: o *ethos* e o *pathos*; e a terceira, o *logos*, é efetiva, isto é, constituída pelo raciocínio, o elemento propriamente dialético da Retórica (ARISTÓTELES, 2005).

Para Quintiliano (2004), a Retórica é arte funcional e brilha tanto mais quanto mais cumpre sua função. Em sua *Instituição oratória*, o tratadista define a retórica como *scientia bene dicendi*, arte de bem falar. Nesse caso, o adjetivo “bem” tem duplo significado, porque faz referência à estética do discurso, sua beleza e seu encantamento e, o mais importante, faz

¹ Endereço eletrônico: freiwagno@hotmail.com.

² Endereço eletrônico: luferraz22@hotmail.com.

³ Endereço eletrônico: mariaflaviafigueiredo@yahoo.com.br.

referência à dimensão moral do orador, que deve ser homem de bem, que discursa tendo como finalidade o bem.

Segundo o autor, existe uma opinião contrária de que os homens maus podem serem oradores, mas ele opõe-se com firmeza a essa opinião, alegando que a oratória é o mais nobre dos ofícios, e, portanto, aqueles que mentem ou que aconselham perversidades não podem exercê-lo. Apoiando-se em Cícero (2002, p. 240), reafirma que somente o homem de bem pode falar bem, “*vir bonus dicendi peritus*”. A Retórica é, ademais de arte, uma virtude.

Sendo a razão e a linguagem características do homem, a Retórica, que delas se ocupa, constitui a arte por excelência. “Falar bem é ser homem; inversamente, só o homem de bem, honesto e culto, fala bem” (REBOUL, 2004, p. 74).

Dado que persuadir é realizar um discurso compreensível e crível que conquiste um auditório, fazendo-o adepto de suas proposições e levando-o a agir em consequência, Aristóteles (2005) classifica as provas de persuasão em dois tipos: as não artísticas e as artísticas. As primeiras são independentes do orador, porque não são produzidas por ele, como os testemunhos, as confissões, os documentos escritos e semelhantes. Quanto às provas artísticas, são dependentes da autoria do orador. Estas são de três espécies: “umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras no próprio discurso” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

No que tange à primeira espécie, o orador deve ser digno de fé; no que tange ao auditório, deve suscitar emoção por meio do discurso; e no que tange ao próprio discurso, deve ser credível, e essa credibilidade é demonstrada com argumentos. Duas espécies são de caráter afetivo, *ethos* e *pathos*; e outra, de caráter racional, o *logos*.

Neste artigo, centramo-nos na prova afetiva do *ethos* a partir da compreensão dos autores Aristóteles (2005), Cícero (2002), Quintiliano (2004), Santo Agostinho (2002), Reboul (2004), Meyer (2007), e Abreu (2001), e procuramos revelar sua função persuasiva. O objeto de nossa análise é o capítulo quinto do livro bíblico de Neemias, no qual ele desponta como orador com a pretensão de promover uma reforma social centrada na justiça, na devolução das terras e propriedades confiscadas, no perdão das dívidas e na libertação dos escravos.

Nosso plano é, primeiramente, descrever a instância do *ethos*; em seguida, daremos ao leitor algumas informações acerca do contexto retórico em que o discurso foi produzido, do livro de Neemias e da personagem histórica que lhe dá nome; e, finalmente, faremos a análise do texto pelo prisma da compreensão do *ethos*.

A instância do *ethos*

O *ethos* é o caráter do orador diante do auditório. Deve inspirar-lhe confiança e credibilidade, caso contrário, por mais lógicos que forem seus argumentos, serão insuficientes na arte da persuasão. Segundo Reboul (2004, p. 48), o orador deve preencher as seguintes condições: “mostrar-se sensato, sincero e simpático. Sensato: capaz de dar conselhos razoáveis e pertinentes. Sincero: não dissimular o que pensa nem o que sabe. Simpático: disposto a ajudar seu auditório”.

O *ethos* é a epifania do orador, é desvelamento de si próprio para o auditório, o que põe em evidência sua identidade, sua moral e sua ética. Para Aristóteles (2005, p. 96),

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas [...]. É porém necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão.

Desde os tempos antigos, duas compreensões caracterizaram o *ethos* do orador: uma prévia e outra na execução do discurso. Conforme a citação acima, o pensamento aristotélico dá fundamentação às duas. Em primeiro lugar, alude-se à identidade do orador, ao seu caráter honesto. É a moralidade daquele que discursa: sua boa fama deve preceder seu discurso. Deve ser bom e parecer bom: “O fato de alguém parecer ser sincero, sensato e simpático, sem o ser, é moralmente constrangedor; [...], as melhores causas estão fadadas ao fracasso” (REBOUL, 2004, p. 48). Partilham dessa compreensão os latinos Cícero (2002) e Quintiliano (2004), para os quais o bom caráter do orador tem mais força persuasiva que o discurso em si mesmo.

Aristóteles (2005), por sua vez, compreende o *ethos* como a confiabilidade que o orador constrói de si para o auditório, não previamente pela sua boa fama, mas pela execução do discurso que causa boa impressão, convence e conquista para si os ouvintes. A partir dessa perspectiva, compreendemos que o *ethos* está ligado à enunciação do discurso e dela depende: o *ethos* é concebido desde o discurso. Concordam com esse ponto de vista vários linguistas e retóricos modernos como Fiorin (2017), Meyer (2007), Amossy (2005) e Maingueneau (2011).

Sintetizando, podemos dizer que o conceito de *ethos* integra, pelo menos, duas imagens: uma que antecede a enunciação, consequência da boa fama do orador; e uma que emerge da enunciação. No princípio do segundo livro da *Retórica* (2005), Aristóteles enumera três razões

pelas quais o orador torna persuasivo seu discurso, a saber: a prudência (*phronesis*), a virtude (*arete*) e a benevolência (*eunoia*).

Diz um ditado popular que a prudência é a mãe de todas as virtudes (*genitrix virtutum*), porque, por ela, o homem age com reta intenção (*recta ratio agibilium*). Santo Tomas de Aquino (1980) destacou-a como primeira na ordem de importância entre as quatro virtudes cardeais: prudência, justiça, temperança e fortaleza.

Para o Doutor Angélico, a noção perfeita de virtude está centrada não só na faculdade de agir bem e com retidão, como quem realiza uma boa obra sem intenção de fazê-la. A noção perfeita de virtude, mais do que o agir bem, exige o apetite de agir bem, porque está centrada na intenção e no desejo do sujeito em agir bem; daí que define a prudência como a virtude do discernimento e do agir com reta razão. É a virtude que, em qualquer circunstância, guia o juízo da consciência no discernimento do verdadeiro bem e dos meios mais adequados de realizá-lo.

Segundo Aristóteles (2005), orador prudente é aquele que foge da mentira e busca o conhecimento, aquele que repara e executa seu discurso com base na verdade dos conceitos e dos fatos. A prudência (*phronesis*) é, pois, a inteligência colocada a serviço da verdade.

A virtude (*arete*) é a honestidade do orador. Com posse dessa virtude, o orador torna-se um conselheiro sincero, que jamais permite mentira em sua própria boca, que nada omite por malícia e que nunca dificulta o acesso do auditório à verdade. A benevolência (*eunoia*) refere-se à solidariedade e à benquerença que o orador possui pelo auditório, o que se traduz no comportamento respeitoso para com os ouvintes.

Santo Agostinho, no livro IV de sua obra *A Doutrina Cristã* (2002), ressaltou o *ethos* do orador. Em continuidade e harmonia com os conceitos de Cícero (2002) e Quintiliano (2004) e preocupado em defender o evangelho e a verdade da fé cristã, escreve:

É um fato que, pela arte da retórica, é possível persuadir o que é verdadeiro como o que é falso. Quem ousará, pois, afirmar que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Seria assim? Então, esses oradores, que se esforçam para persuadir o erro, saberiam desde o prêmio conquistar o auditório e torná-lo benévolo e dócil, ao passo que os defensores da verdade não o conseguiriam? Aqueles apresentariam seus erros com concisão, clareza, verossimilhança e estes apresentariam a verdade de maneira a torná-la insípida, de difícil compreensão e finalmente desagradável de ser crida? Aqueles, por argumentos falaciosos, atacariam a verdade e sustentariam o erro, e estes seriam incapazes de defender a verdade e refutar a mentira? Aqueles, estimulando e convencendo por suas palavras os ouvintes ao erro, os aterrorizariam, os contristariam, os divertiriam, exortando-os com ardor, e estes estariam adormecidos, insensíveis e frios ao serviço da verdade? Quem seria tão insensato para assim pensar?

Visto que a arte da palavra possui duplo efeito (o forte poder de persuadir seja para o mal, seja para o bem), por qual razão as pessoas honestas não poriam seu zelo a adquiri-la em vista de se engajar ao serviço da verdade? Os maus põem-na ao serviço da injustiça e do erro, em vista de fazer triunfar causas perversas e mentirosas (AGOSTINHO, 2002, p. 208-209).

Santo Agostinho, orador experiente (até sua conversão ao cristianismo havia exercido a função de professor de Retórica e orador oficial do Império Romano), parte do princípio de que a arte retórica pode fornecer instrumentos para defender o verdadeiro e o falso. Daí sua crítica aos oradores cristãos tão despreparados para o grande ofício de conquistar a benevolência e a docilidade do auditório. O que Santo Agostinho deseja para os oradores cristãos é que sejam conscientes de sua condição no mundo e tenham as duas qualidades que Jesus elencou no evangelho, sejam elas, a prudência e a mansidão: “Eis que vos envio como ovelhas no meio de lobos. Por isso sejam prudentes como serpentes e mansos como pombas” (Mt 10, 16).

Para o bispo de Hipona, o orador sagrado possui duas magnas atividades que se complementam: “a maneira de descobrir o que é para ser entendido e a maneira de expor com propriedade o que foi entendido” (AGOSTINHO, 2002, p. 41), isto é, como se realiza a descoberta da verdade e o modo de apresentá-la. Como defensor da verdade e adversário do erro, o orador possui três deveres: “deve tratar de conquistar o hostil, motivar o indiferente e informar o ignorante” (AGOSTINHO, 2002, p. 211).

Para cumprir esses deveres, o orador precisa demonstrar algumas qualidades: não deve agir sem vigor, sem forma e sem calor, mas ao contrário, com fineza, com elegância e com veemência, e, principalmente, com eloquência e sabedoria. No que se refere à eloquência e à sabedoria, Santo Agostinho é herdeiro dos ensinamentos de Cícero: é verdade que “a sabedoria sem eloquência foi pouco útil às cidades, mas, em troca, a eloquência sem a sabedoria lhes foi frequentemente bastante nociva e nunca útil” (apud AGOSTINHO, 2002, p. 212). O orador será bem mais feliz e seu discurso será bem mais proveitoso ao auditório se conjugar a sabedoria com a eloquência.

Ainda manifestando-se herdeiro do pensamento de Cícero, Santo Agostinho (2002, p. 233) descreve os três objetivos do orador (*docere, delectare e movere*): “Disse certo orador – e disse a verdade – que é preciso falar ‘de maneira a instruir, a agradar e a convencer’. Depois acrescentou: Instruir é uma necessidade; agradar, um prazer; convencer, uma vitória”. Notemos que há uma hierarquia e uma interdependência entre os três objetivos, cuja meta é o consentimento do auditório. O mais necessário é instruir, porque o orador não é capaz de

persuadir seu auditório daquilo que ele ignora. O primeiro objetivo é instruir para vencer a ignorância.

Agradar é sempre muito útil, mas não é suficiente para conseguir o consentimento, principalmente daqueles que possuem o espírito endurecido. Nenhuma vantagem possui um homem que reconheceu a verdade, saiu da ignorância e deleitou-se de prazer com as palavras do orador, mas não foi persuadido. Daí a necessidade de convencer: “não somente ensine para instruir e agrade para cativar, mas, ainda, convença para vencer” (AGOSTINHO, 2002, p. 236). E para o orador cristão, Santo Agostinho (2002, p. 238) dá o grande conselho: “deve ser orante antes de orador”. Um orador eficaz deve, antes, ser um homem de oração, em prol de si mesmo e do auditório ao qual falará.

No princípio do século XXI, Meyer (2007) propôs novas reflexões sobre o conceito de *ethos*, as quais foram encampadas pelos estudos retóricos. No capítulo primeiro de sua obra *A retórica*, o filósofo define Retórica como “a negociação da diferença entre dois indivíduos sobre uma questão dada” (MEYER, 2007, p. 25), isto é, a negociação da distância entre orador e auditório.

No capítulo segundo, Meyer (2007) afirma que a distância entre orador e auditório deve ceder lugar à identificação entre ambos, e que esse processo é mediado pela instância do *ethos*. Definido como a imagem que o orador constrói de si mesmo e que o torna exemplar para o auditório, o *ethos* contém uma dimensão poderosa de identidade, de confiança e de autoridade. Por isso é uma prova retórica.

A grande contribuição de Meyer (2007) para a compreensão do *ethos* está descrita nos capítulos terceiro e oitavo da obra em questão: *ethos* projetivo e *ethos* efetivo. O *ethos* projetivo, também chamado *ethos* imanente, é uma imagem prévia (*a priori*) que o auditório constrói do orador, e que pode não corresponder à imagem efetivamente construída. Quando o *ethos* projetivo, isto é, a imagem projetada do orador, não corresponde à realidade, a persuasão pode ser profundamente comprometida. As consequências não tardam a manifestar-se: distâncias aumentadas e diferenças acentuadas geram conflitos e rupturas entre orador e auditório. O *ethos* projetivo, portanto, procede do auditório, das suas expectativas em relação ao orador, que podem corresponder ou não ao *ethos* real. O *ethos* efetivo, em contrapartida, é o *ethos* que emana da atuação e *performance* do orador no acontecimento do discurso.

Segundo o professor Gerardo Ramírez Vidal, “a principal finalidade da retórica é a confiança”⁴. A confiança é um dever do orador, e ela é conquistada quando o orador é prudente, isto é, sabe o que fala e não omite o que deve dizer; quando ele é virtuoso, isto é, honesto, justo e bom; e quando ele é benevolente, isto é, simpático e atencioso às necessidades do auditório.

O livro de Neemias

Pré-contexto: “Chorando de tristeza sairão” (Sl 125, 6)

De acordo com o quadro cronológico da Bíblia de Jerusalém (2006), nos anos 597 a.C., 586 a.C. e 582 a.C., Jerusalém foi saqueada e seus habitantes foram deportados para a Babilônia. Por ordem do rei Nabucodonosor, o exército cercou Jerusalém. Os reis Joaquim (597 a.C.) e Sedecias (587 a.C.), juntamente com grande parte da nobreza, os militares, os artesãos e grande parte dos trabalhadores foram levados para o desterro. As riquezas dos palácios e do templo foram saqueadas e levadas para a corte da Babilônia. Finalmente, o templo foi destruído, a cidade incendiada e seus muros arruinados (Jr 52, 12-16).

O acontecimento “exílio para a Babilônia” significou violência, morte, deportação, desterro, escravidão, destruição e devastação. Não podemos saber quantas pessoas morreram, mas durante o tempo em que Jerusalém estava cercada, muitos morreram de fome e outros pereceram na luta (Jr 52, 6-7). Alguns conseguiram fugir para as cavernas ou para o Egito (Jr 40, 11-12). Também o número dos deportados nos é desconhecido, porque as cifras dos textos bíblicos (2 Rs 24, 14-16; Jr 52, 28) são conflitantes e não sabemos se incluem as mulheres e as crianças.

O que sabemos é que a deportação dos judeus para a Babilônia provocou um grandioso impacto social, cultural, político, econômico, psicológico e religioso para os sobreviventes, tanto para aquele pequeno número que permaneceu na Jerusalém destruída como para os desterrados na Babilônia. Esse grande impacto e mal-estar foi agravado com uma profunda crise de fé e de esperança. A grande reclamação do povo era: “Meu Deus ignora minha causa!” (Is 40, 27), ou ainda: “O Senhor me abandonou! Meu Deus me esqueceu” (Is 49, 14). O período de desterro durou cerca de setenta anos (2 Cro 36, 17-21).

Segundo o biblista José Luiz Sicre Díaz (2015), os sobreviventes do Exílio ficaram divididos em três grupos: os que permaneceram em Judá (pobres, enfermos, órfãos, viúvas e os camponeses); os que conseguiram fugir para o Egito; e os que foram levados para o cativeiro da Babilônia, entre os quais podia-se contar os membros da elite intelectual e religiosa.

⁴ Informação obtida durante o curso “Los argumentos e la argumentación en Retórica”, ministrado na Universidade de Franca, SP, no dia 16 set. 2019.

Mudança de destino: “cantando de alegria voltarão” (Sl 125, 7)

O destino dos escravos judeus na Babilônia mudou significativamente com a vitória do exército persa sobre o babilônico no ano 538 a.C. Um dos primeiros atos de Ciro foi proclamar o edito que dava permissão para que os exilados pudessem retornar às suas pátrias. O edito de Ciro para os judeus pode ser lido no início do Livro de Esdras:

Assim fala Ciro, rei da Pérsia: O Senhor, Deus do Céu, me deu todos os reinos da terra e me encarregou de lhe construir um templo em Jerusalém, na terra de Judá. Quem, dentre vós todos, pertence a seu povo? Que o Senhor, seu Deus, esteja com ele, e que se ponha a caminho e suba a Jerusalém, e construa o templo do Senhor, Deus de Israel, o Deus que está em Jerusalém. E a todos os sobreviventes, onde quer que residam, as pessoas do lugar proporcionem prata, ouro, bens e animais, além de donativos espontâneos para o templo de Deus, que está em Jerusalém (Esd 1, 2-4).

É interessante notar que, por meio desse edito de caráter religioso, o novo imperador define sua política e anuncia o advento de uma nova época. A proclamação do edito é um ato de soberania que confirma o poder do novo rei, mas de forma benevolente. A reconstrução dos templos fazia parte da política de Ciro e de seus sucessores. Essa era uma maneira de ganhar a simpatia das populações locais e, sobretudo, dos sacerdotes, que exerciam grandes influências sobre os povos.

Segundo Ceresko (2011), diferentemente dos babilônicos e dos assírios, os persas não adotavam o sistema da deportação e da reinstalação dos povos vencidos e conquistados para prevenir futuras rebeliões e revoltas. Ao contrário, adotavam políticas que não desmoralizassem seus súditos; permitia que tivessem um autogoverno relativo (certo grau de autonomia local), cujas lideranças civis e religiosas participavam da administração dos territórios conquistados; e incentivavam as práticas dos seus costumes e vivências de sua religiosidade.

O fato é que a permissão para que os judeus desterrados pudessem retornar à sua pátria provocou uma mudança qualitativa radical para o resto do povo de Israel. Essa mudança é cantada pelo povo através do Salmo 125, 1-2: “Quando o Senhor reconduziu nossos cativos, parecíamos sonhar; encheu-se de sorriso nossa boca, nossos lábios, de canções”.

Os judeus haviam padecido por setenta anos sob a dominação babilônica. Mas, com o domínio persa, a sorte dos judeus havia mudado, já que eles recuperaram a liberdade para retornar à terra pátria, para restabelecer sua cultura, sua religião, seus costumes, e para falar a própria língua. Embora com certa autonomia, Judá continuava, politicamente, vassala da Pérsia.

Mesmo assim, os judeus retornaram a Jerusalém com expressões de júbilo, como as descritas no Salmo 125: “cantando de alegria voltarão” (Sl 125, 2-6).

O regresso foi a primeira etapa – sem dúvida, uma etapa importante de muitas outras que precisariam vencer. Muitos desafios estariam ainda pela frente: reedificar o templo, reconstruir a cidade de Jerusalém com suas torres e muralhas, e o mais difícil: fazer renascer das cinzas o povo e suas instituições.

Nesse contexto de pós-exílio, a palavra fundamental é reconstrução e, nesse processo, grandes personagens tomam uma posição de liderança. O primeiro ciclo de personagens foi conformado por Ciro, Zorobabel, o sacerdote Josué e os profetas Ageu e Zacarias. Mais tarde, surgiram o sacerdote Esdras, o governador Neemias e o profeta Malaquias. Neste artigo, nossa análise estará centrada na figura do governador Neemias.

O texto bíblico de Neemias 1-8

Segundo os exegetas e os historiadores que escrevem as introduções dos livros bíblicos, originalmente, os livros de 1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras e Neemias formavam uma única obra, de um único autor. Pelo conteúdo desses livros, podemos concluir que o redator final dos textos foi um sacerdote ou levita de Jerusalém, que escreveu combinando, a seu modo, as fontes de que dispunha.

A divisão deste quarteto (1 Crônicas, 2 Crônicas, Esdras e Neemias) aconteceu na era cristã, nos séculos IV e V d.C., por influência de São Jerônimo, certamente devido à grande importância desses nomes no pós-exílio (LAMADRID, 2015).

De acordo com os comentários incluídos na Bíblia de Jerusalém (2006), a redação final do texto que hoje compõe os livros de Esdras e Neemias data do final do século IV e princípios do século III a.C. Nesses livros, o cronista cita textualmente documentos oficiais contemporâneos aos fatos, como o *Edito de Repatriação* (Esd 1, 1-4); as listas dos repatriados no tempo de Zorobabel (Ne 7), as quais pertenciam aos arquivos oficiais de Jerusalém; documentos de chancelaria e arquivos de Templo (Ne 7, 8-72). Também compõem a obra os relatos autobiográficos que constituem as memórias de Neemias, cujo bloco literário está narrado em primeira pessoa (Ne 1-7,13); e os relatos do cronista, narrados em terceira pessoa (TÜNNERMANN, 2001).

Ainda que o objetivo da obra não seja fazer relatos históricos, há grande confiança por parte dos historiadores na autenticidade das memórias de Neemias e das outras fontes da obra. O tema central é o retorno do exílio e a reorganização da comunidade judaica pós-exílica. O

objetivo, portanto, é narrar não o *cronos*, mas o *kairós*, narrar os acontecimentos desde a perspectiva da fé. Os acontecimentos narrados estão inseridos no contexto histórico da dominação persa, a qual demonstrou grande tolerância religiosa e cultural, mas, também, grandes exigências tributárias.

Neemias, de escravo exilado a governador reconstrutor

Neemias era filho de pais judeus exilados durante o governo de Nabucodonosor. Nascido na cidade de Susa, capital do império Persa, vivia de modo muito confortável como copeiro do Rei Artaxerxes I (465-423 a.C.).

Segundo Mackenzie (1984), o nome Neemias vem do hebraico נְחִמְיָא e significa Deus conforta. Seu nome está em conformidade com a missão que exerceu: foi um verdadeiro confortador. O capítulo primeiro do livro que leva seu nome revela um homem de coração sensível às peripécias dos outros. É um homem com coragem e capacidade de fazer perguntas, e isso muda radicalmente sua vida.

Ao tomar conhecimento da situação de Jerusalém e da necessidade de seus habitantes, o copeiro do rei sente-se responsável e impulsionado a ajudar. Os desafios eram a miséria e a humilhação dos sobreviventes; a insegurança pública, porque as muralhas estavam destruídas e as portas incendiadas; o desprezo experimentado pelos judeus e a esperança naufragada.

Neemias vivia no palácio de Susa, onde servia aos reis, mas seu coração estava centrado nas ruínas de Jerusalém e nos sobreviventes do seu povo. E é de sua condição de homem temente a Deus e copeiro da Casa Real que procura alcançar os favores do rei (Ne 1, 11).

O copeiro do rei era um cargo de confiança e de intimidade, ainda que observasse os protocolos reais, como o apresentar-se com boa fisionomia diante do soberano (Dn 1, 10). Neemias foi um dos muitos judeus que chegaram a ocupar cargos importantes e de confiança em cortes estrangeiras, como Tobias, Ester e Daniel.

“Era o Mês de Nisã” (Ne 2,1). Nisã era o primeiro mês do ano, e por ocasião das festas de ano novo, os reis persas concediam generosidades e atendiam pedidos aos seus súbditos. O copeiro percebeu que havia chegado o momento certo para realizar o pedido para reconstruir Jerusalém (Ne 2, 5), e, com a benevolência do rei, foi nomeado governador de Judá (Ne 5, 14).

Uma vez chegado a Jerusalém (Ne 2,11), com as credenciais do rei, Neemias inaugurou um período novo na história de Judá. Os novos rumos na história do povo de Israel foram assumidos graças à autoridade e à força política de Neemias, conquistadas passo a passo.

O projeto de reconstrução de Jerusalém por Neemias não visa apenas ao aspecto estrutural da cidade. Trata-se de um empreendimento que abarca a totalidade da sociedade judaica. Segundo Scardelai (2012, p. 97-98), a reforma de Neemias foi realizada em três etapas principais. A primeira, descrita nos capítulos 3 e 4 do livro bíblico de Neemias, centra-se na restauração física e estrutural da cidade; a segunda etapa, narrada no capítulo 5, trata da reforma social; a terceira etapa, narrada nos capítulos 8 e 13, trata da reforma religiosa. Entre elas, Neemias liderou o complexo processo de repovoamento de Jerusalém (Ne 7).

Análise do capítulo 5 de Neemias: a reforma social

5¹ Houve forte protesto do povo e das mulheres contra seus irmãos judeus. ² Uns diziam: “Temos de penhorar filhos e filhas para conseguirmos trigo suficiente para nos alimentar e sobreviver”. ³ Outros diziam: “Temos de hipotecar campos, vinhas e casas para podermos comprar trigo em tempo de fome”. ⁴ Ainda outros diziam: “Para pagar o imposto ao rei, tivemos de tomar dinheiro emprestado à custa de vinhas e campos. ⁵ Ora, nós e aqueles nossos irmãos somos todos da mesma carne; e nossos filhos valem tanto como os filhos deles. Entretanto cá estamos nós obrigados a entregar os filhos e as filhas para serem escravos. Sim, algumas de nossas filhas já foram feitas escravas, nada podemos fazer, pois nossos campos e nossas vinhas pertencem a outros”.

⁶ Fiquei muito indignado ao ouvir esses protestos e relatos. ⁷ Refleti sobre o assunto e depois repreendi os nobres e os funcionários: “Cada um de vós está extorquindo juros do próprio irmão”. E convoquei contra eles uma grande assembléia, ⁸ na qual lhes falei assim: “Nós resgatamos na medida do possível os irmãos judeus que foram vendidos aos estrangeiros. Será que agora vós vendeis vossos irmãos para que sejam revendidos a nós?” Eles ficaram calados e não encontraram resposta. ⁹ Eu continuei: “Não está certo o que fazem. Deveríeis deixar-vos guiar pelo temor de Deus, para não passarmos vergonha perante as nações, nossos inimigos. ¹⁰ Também eu, meus irmãos e meus empregados emprestamos dinheiro e trigo. Pois bem, vamos acabar com essa usura. ¹¹ A partir de hoje, devolvi a essa gente os campos e as vinhas, os olivais e as casas; e perdoai-lhes os empréstimos em dinheiro, trigo, vinho e azeite”. ¹² Eles responderam: “Vamos devolver e nada mais exigiremos deles; faremos como disseste”. Chamei então os sacerdotes e os fiz jurar que procederiam assim. ¹³ Também sacudi a dobra de meu manto, dizendo: “Assim Deus sacuda de sua casa e de sua propriedade todo aquele que não mantiver esse compromisso. E assim lhe aconteça: sacudido e esvaziado!”. E toda a assembléia respondeu: “Amém!”, louvando o Senhor. E o povo agiu de acordo com o que prometera.⁵

Neemias deparou-se com uma grande injustiça, devida a um profundo contraste socioeconômico. A grande desigualdade social e a quebra da fraternidade judaica

⁵ Esta versão do texto bíblico foi extraída da *Bíblia Sagrada*. Tradução da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Brasília: Edições CNBB, 2019.

concretizavam-se pela penhora e hipoteca dos campos, dos trigais, das vinhas e até das casas onde morar; os judeus endividavam-se ao pegar dinheiro emprestado para pagamento dos impostos e entregavam os próprios filhos e filhas como escravos (Ne 5, 2-5).

Para responder a essa situação de escândalo, o governador convocou uma assembleia geral do povo e propôs três medidas urgentes e necessárias para reconstituir a sociedade judaica. Partindo dos princípios do temor a Deus e da fraternidade (Ne 5, 7), Neemias censurou os nobres e os altos funcionários e proibiu a cobrança dos juros que faziam perecer toda a posse de bens, exigiu a devolução dos bens hipotecados e penhorados e o perdão das dívidas e dos empréstimos (Ne 5, 11). Desse modo, tomou medidas preventivas contra o abuso econômico cometido entre irmãos, conforme já havia sido proibido pelo livro do Levítico (Lv 25, 35-55).

O capítulo cinco do livro de Neemias pode ser dividido em dois discursos. O primeiro (Ne 5, 1-6) é constituído pela narração de uma situação de injustiça; e o segundo (Ne 5, 7-11), pela resposta de Neemias ao caso de injustiça apresentado.

Segundo Aristóteles (2005), existem três gêneros de discursos: o deliberativo, para persuadir ou dissuadir o conselho ou assembleia de um senado; o judicial, para acusar ou defender diante de um tribunal; e o epidítico ou demonstrativo, para elogiar ou censurar, no qual se destacam as virtudes ou vícios de uma pessoa ou de um povo.

O primeiro discurso tem como oradores o povo e as mulheres e nos remete ao contexto histórico da origem da Retórica na Sicília, por volta de 465 a.C, quando, depois de uma guerra civil, os cidadãos, privados de seus bens, pediram auxílio a Corax para recorrer à justiça. Um século antes da origem da Retórica na Sicília, os cidadãos de Jerusalém já haviam recorrido ao governador Neemias, pedindo justiça e a devolução de seus pertences.

O conteúdo do discurso indica claramente um caráter judicial de denúncia contra os próprios compatriotas. Uma denúncia proferida de modo respeitoso, narrando os sofrimentos vividos como consequências de injustiças: penhorar os filhos, hipotecar os bens, obter dinheiro emprestado com altos juros e ter os filhos vendidos como escravos indicam a situação de injustiça extrema para os judeus.

Dado o contexto da época, no qual o governador de uma província exercia também a função de juiz, o povo e as mulheres colocam-se diante de Neemias, reconhecem sua autoridade também para julgar e o fazem com confiança, na esperança de obter resposta justa.

O segundo discurso do capítulo cinco, constituído pela resposta de Neemias, governador e juiz, revela-se como uma mescla de dois gêneros retóricos: o epidítico e o judicial. Segundo a classificação aristotélica, é próprio do discurso epidítico elogiar a virtude, o bom e o belo, e

reprovar vício, o mal e o vergonhoso. O discurso de Neemias é claramente uma censura e uma repreensão aos nobres e funcionários de Judá pela exploração dos irmãos que quebra a fraternidade.

Neemias rompe a hierarquia e coloca-se, *primus inter pares*, o primeiro entre os iguais, para romper as distâncias e negociar as diferenças entre orador e auditório. Mais ainda, “visando à adesão dos espíritos”, fala, não como governador ou juiz, mas como irmão dos judeus. Para persuadir, faz-se necessário, primeiro, conquistar o auditório. Nesse quesito, Neemias é exemplar.

Em seu discurso, Neemias cumpre ainda os ensinamentos dados por Abreu em sua obra *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção* (2001). Segundo o autor, para que o orador tenha sucesso na argumentação e, portanto, na persuasão de um auditório, deve cumprir quatro condições fundamentais: definir o assunto claramente; adaptar a linguagem segundo a necessidade do auditório; gerenciar boas relações, sabendo ouvir e falar com sinceridade; e agir de forma ética, isto é, de forma honesta e transparente.

Neemias apresenta claramente o assunto central do discurso: a reconstrução da estrutura social mediante a justiça e o perdão. Em primeiro lugar, essa reconstrução deve estar motivada intencionalmente pelo temor a Deus, pelo princípio de fraternidade e pela vergonha diante das nações; e em segundo lugar, por atitudes honestas: devemos não extorquir os irmãos com juro (v 7) e acabar com a usura (v 11); não devemos vender como escravos os irmãos judeus (v 8a-b); devemos devolver os bens (v 11a) e filhos penhorados (v 1); devemos perdoar as dívidas (v 11b).

Sua pronúncia é facilmente compreendida. Isso se comprova pelo grande silêncio (v 8c) que a segue e pela resposta de adesão à proposta de Neemias (v 12): “Vamos devolver e nada mais exigiremos deles; faremos como disseste”.

O gerenciamento de boas relações manifesta-se pela proximidade entre orador e auditório e pelo comportamento respeitoso ao saber ouvir e responder com sinceridade. Notemos que Neemias tece um discurso de reprovação aos vícios do povo de Israel. Mas, tendo a necessidade de reprovar, o faz com honestidade e humildade.

Finalmente, Neemias está tão seguro de seu agir de forma ética, que não tem medo de se comparar ao seu auditório e falar de si mesmo: “Também eu, meus irmãos e meus empregados emprestamos dinheiro e trigo” (v 10), mas, “à diferença dos governadores que me antecederam que exigiam do povo tributos e permitiam seus empregados explorarem o povo, não fiz nada disso por temor a Deus” (v 15). Para conquistar a confiança do auditório, Neemias

aponta-se como homem exemplar na prática da justiça. Suas ações não visam às satisfações pessoais, mas ao bem do seu auditório, demonstrando, assim, sua benevolência.

A argumentação honesta, transparente e espontânea gera credibilidade no auditório, como já havia dito o filósofo de Estagira: “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, [...] pois o caráter é o principal meio de persuasão (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Por outro lado, lendo com atenção Neemias 5, 7-13, descobrimos ser também um texto de caráter jurídico. O primeiro argumento para assim pensar pode ser tomado das formas verbais com as quais Neemias formula seu discurso, predominantemente imperativas. Outro argumento é sua relação intertextual com o livro da Lei, principalmente o texto do Levítico 25, 35-55, o qual legisla sobre o resgate das propriedades, o perdão das dívidas, a solicitude para com os pobres (*anawin*) e os escravos e seu resgate, e a proibição de explorar ou escravizar o israelita pobre.

Dadas essas razões, sustentamos que a resposta de Neemias contida no discurso dos versículos 7 ao 13 do capítulo cinco do livro que leva seu nome é, ademais de um discurso epidítico, também judicial, dado que realiza um julgamento de questões jurídicas importantes referentes à justiça, à liberdade das pessoas, à perda e posse dos bens, às questões econômicas e às relações humanas que se constroem ou se dissolvem nesses assuntos.

O *ethos* retórico é conformado pelas qualidades (caráter) do orador que inspira confiança e credibilidade no auditório. Não é suficiente ser bom e sincero, é preciso demonstrar sê-lo. A esse respeito, Abreu (2001) ensina que o sucesso do orador depende do gerenciamento das relações com o auditório, de sua capacidade e habilidade de comunicar os pensamentos e as emoções.

Segundo Abreu (2001), para inspirar confiança e credibilidade no auditório, o orador deve cumprir quatro condições: 1) definir o assunto sobre o qual vai discursar; 2) adaptar a linguagem às condições intelectivas e sociais do auditório; 3) gerenciar relações positivas com o auditório, destacando a empatia, o respeito, a sensibilidade para perceber as condições do auditório, seus interesses e o cuidado de saber ouvir; e, 4) agir de forma ética, com uma argumentação honesta e espontânea.

No capítulo cinco do livro bíblico de Neemias, o caráter de Neemias revela-se como o de um grande orador, capacitado para gerenciar emoções e razoamentos. Primeiramente,

destacamos sua empatia pelo auditório, comprovada pela escuta. O governador coloca-se numa atitude de escuta respeitosa.

O povo e as mulheres narram acontecimentos de dor frutos de uma profunda crise social experimentada nos primeiros anos do retorno das famílias judias da Babilônia: grave situação de endividamento como consequência de injustiças, a entrega dos filhos e filhas como escravos e a hipoteca dos campos, colheitas e casas num sistema em que jamais teriam como recuperar seus pertences.

A escuta atenta e empática de Neemias e sua capacidade para sentir, dentro de si mesmo, os sentimentos do povo, provoca um rompimento de distâncias entre Neemias e a população (entre orador e auditório).

Ademais, cumpre-se, nesse discurso, a distinção definida por Meyer (2007) no que se refere ao *ethos* projetivo/efetivo e ao *pathos* projetivo/efetivo. O *ethos* projetivo é a imagem construída pelo auditório em seu primeiro contato com o orador. Essa primeira imagem, projetada pela auditório, pode corresponder ou não à imagem real, denominada *ethos* efetivo do orador.

A correspondência entre o *ethos* projetivo e o *ethos* efetivo favorece muito o processo de persuasão. Porém, quando a imagem projetada pelo auditório não corresponde à imagem construída pelo orador, deve-se remediar a discordância. Trabalho grave do orador que, com seu discurso, deverá aproximar seu *ethos* efetivo da projeção do auditório (naturalmente, quando esta lhe for favorável).

Essa mesma dinâmica aplica-se ao *pathos* projetivo, conjunto de paixões e valores imediatamente idealizados pelo orador em seu primeiro contato com seu auditório, que podem corresponder ou não ao conjunto de paixões e valores reais do auditório, *pathos* efetivo. Se o orador projeta um *pathos* equivocado do auditório, ele se distancia e distancia seu discurso dos ouvintes. É o que Meyer (2007) denomina *pathos* projetivo dissociado do *pathos* efetivo.

Fazer concordar o *pathos* projetivo com o *pathos* efetivo é incumbência do orador, cujo trabalho desempenha sempre em função dos ouvintes. Para atingir seu auditório, o orador não pode projetar ouvintes/leitores ideais, cujo *pathos* não exista de fato. Se acontecer de orador construir um *pathos* equivocado, o processo argumentativo fica comprometido negativamente e destinado ao fracasso. Daí a necessidade, por parte do orador, de “sentir” seu auditório durante o ato retórico, para que, percebendo as discordâncias entre ambos, consiga ajustar o discurso aos valores do auditório real ou dissuadi-lo de suas antigas concepções, fazendo-o aderir a novos valores. De qualquer modo, projetar um *pathos* equivocado é como discursar para um

auditório inexistente e tem como consequência uma resposta que não corresponde ao propósito do discurso. Por isso, o mais provável é que, nessa situação, o orador perca o seu auditório.

A primeira imagem (percepção) que o orador (Neemias) possui do seu auditório (homens e mulheres do povo) é a de um *pathos* projetivo que não coincide ao *pathos* efetivo. Neemias provavelmente imagina um auditório conformado por uma comunidade de “irmãos”, que “com a mesma carne e o mesmo sangue” zelam pela fraternidade, vivem de modo justo suas relações no que tange aos assuntos de reconhecimento dos homens e mulheres do mesmo povo e da mesma fé, da posse e administração dos bens e das relações comerciais. O governador concebe seu auditório como aquele povo que possui o mesmo pensar e o mesmo sentir: somos da mesma carne, somos do mesmo sangue, somos da mesma fé e todos temos como objetivo comum a reconstrução de nossa cidade e de nossas instituições. Essa imagem, criada pelo orador Neemias, corresponde ao *pathos* projetivo.

No entanto, após a escuta, Neemias redescobre seu auditório, e o percebe marcado por uma terrível crise de desigualdade social e caracterizado por uma humilhante exploração entre irmãos, um povo que perdeu o temor a Deus e que rompeu os laços da fraternidade, criando relações de exploração e escravidão. Não possui o mesmo pensar e o mesmo sentir, mas ao contrário, cada só um diz mentira ao seu próximo, extorquindo com juro, penhorando bens e vendendo uns aos outros. Esse é o *pathos* efetivo, o auditório real diante do qual Neemias tem de discursar.

Uma vez detectada a discrepância entre o *pathos* projetivo e efetivo, Neemias vai discursar, servindo-se, sobretudo, do seu *ethos*, para persuadir seu auditório, isto é, converter seu povo, do modo efetivo (tal qual se encontra) para o projetivo (aquele que, segundo a sua concepção, deveria existir).

Se o *pathos* projetado pelo orador não coincide com o *pathos* real do auditório, como vimos, por outro lado, o *ethos* projetado pelo auditório, sim, coincide com o *ethos* efetivamente construído pelo orador. O auditório, conformado pelos homens e mulheres do povo, cria do orador um *ethos* projetivo confiável e crível, porque percebe Neemias como homem honesto, sincero e justo. Ele foi benevolente com seu auditório quando escutou atentamente seus reclamos e propôs, com seu discurso, soluções para tirar seus opróbrios. O *ethos* projetivo de homem benevolente e justo foi confirmado com o *ethos* efetivo, isto é, a imagem discursivamente construída por Neemias.

Para que possamos observar ainda melhor o caráter de Neemias, convém que retomemos o que nos diz Reboul (2004). De acordo com esse autor, o orador eficaz deve mostrar-se sensato,

sincero e simpático. Neemias é sensato porque seus conselhos são razoáveis e pertinentes: não devemos escravizar-nos porque somos irmãos da mesma carne e do mesmo sangue e temos temor ao Deus do Céu; devemos devolver os bens: campos, plantações, casas e devemos perdoar as dívidas para promover a fraternidade e a justiça (5, 8; 11-12).

O orador também é sincero, porque não dissimula e não omite o que pensa: “Não está certo o que fazeis” (5, 9): vender os irmãos, escravizar os filhos e filhas de vossos irmãos, penhorar bens (cf. 5, 1-5). Ademais, é simpático, isto é, benevolente com o auditório, porque está disposto não só a ajudar o seu auditório a reconstruir a cidade com sua muralha, suas casas e prédios públicos, mas está disposto, também, a ajudá-lo na superação de sua vergonhosa divisão e exploração, pela prática da justiça, do perdão, da fraternidade e, principalmente, pelo Temor a Deus.

Considerações finais

A análise do capítulo cinco do livro de Neemias, a partir dos pressupostos lançados por autores clássicos e contemporâneos dedicados aos estudos retóricos, possibilitou-nos comprovar que, em Neemias, cumpre-se a máxima que Cícero (2002) pronunciaria cinco séculos depois das atividades do governador de Jerusalém: dentre todas as excelências a Retórica é única e é tanto maior sua faculdade porque está unida à honradez e à prudência.

Neemias era portador de uma retórica não ensinada, que brotava dele naturalmente, como a água da fonte: “a abundância de conteúdo gera abundância de palavras. E, se existe nobreza no assunto que se fala, o resultado é um brilho de certo modo natural na expressão” (CICERÓN, 2002, p. 430, tradução nossa)⁶.

Para persuadir o seu povo, o povo de Judá, Neemias serviu-se de recursos retóricos. Pode, assim, reformar as relações humanas desgastadas pela extorsão, pela usura, pela exploração e pela escravização. Dentre esses expedientes, destacam-se aqueles que atuam na constituição do *ethos* do orador. Havíamos afirmado no princípio do artigo que o *ethos* é a epifania do orador, é desvelamento de si para o auditório, o que põe em evidência sua identidade, sua moral e sua ética. Ao terminar o artigo, comprovamos que tudo isso cumpre-se em Neemias: seu discurso evidencia sua identidade, sua moral, sua ética, sua prudência, sua virtude e sua benevolência. E o auditório respondeu: “faremos como disseste” (v 12). “E o povo agiu de acordo com o que prometera” (v 13). A persuasão foi efetiva.

⁶ No original: “la abundancia de contenidos engendra abundancia de palabras. Y si hay nobleza en aquello de lo que se habla, el resultado es un brillo en cierto modo natural en la expresión”.

Assim como o cedro desponta entre as demais árvores, ou como um lírio entre os espinhos, Neemias despontou no meio de sua geração como um homem valoroso, corajoso, ousado e determinado para mudar o rumo da triste história do seu povo, o povo de Israel.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 4. ed. Cotia: Ateliê, 2001.

AGOSTINHO, Santo. *A Doutrina Cristã*. Tradução de Ir. Nair de Assis. São Paulo: Paulus, 2002. (Coleção Patrística, tomo 17)

AQUINO, Santo Tomas. *Suma Teológica*. Tradução de Alexandre Corrêa. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina, 1980. v. III.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Centro da Filosofia da Universidade de Lisboa – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém: nova edição, revista e ampliada*. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Brasília: Edições CNBB, 2019.

CERESKO, Anthony R. *Introdução ao Antigo Testamento: numa perspectiva libertadora*. Tradução de José Raimundo Vidigal. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

CÍCERÓN. *Sobre el orador*. Traducción de José Javier Iso. Madrid: Editorial Gredos. 2002. (Coleção Biblioteca Clásica Gredos, v. 300).

DÍAZ, José Luis Sicre. *Introdução ao Antigo Testamento*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LAMADRID, Antonio González. *As tradições históricas de Israel: introdução à história do Antigo Testamento*. Tradução de José Maria de Almeida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MACKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Paulinas, 1984.

MEYER, Michel. *A retórica*. Tradução de Marli N. Peres. São Paulo: Ática. 2007.

QUINTILIANO, Marco Fabio. *Instituciones oratorias*. Traducción de Ignacio Rodríguez y Pedro Sandier. Madrid: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc3n214>. Acesso em: 19 fev. 2020.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCARDELAI, Donizete. *O escriba Esdras e o judaísmo: um estudo sobre Esdras na tradição judaica*. São Paulo: Paulus, 2012.

TÜNNERMANN, Rudi. *As reformas de Neemias: a reconstrução de Jerusalém e a reorganização de Judá no período Persa*. São Leopoldo, RS: Sinodal/Paulus, 2001. (Série teses e dissertações, v. 17).

THE UNVEILING OF *ETHOS* OF NEHEMIAH AT THE SOCIAL REFORM OF THE POST-EXILIC JERUSALEM

ABSTRACT: After the complete destruction of Jerusalem by Nebuchadnezzar in the 6th century BC, Nehemiah emerged as a great speaker, whose speeches, brought back the hope to the peoples and persuaded him to rebuild it all that had been devastated. In this article, the fifth chapter of the biblical book will be analyzed, Nehemiah, which is about the reconstruction of the social structure of Jerusalem upon justice and the forgiveness of the debts. Therefore, serving ourselves with the comprehension of *ethos* on the authors Aristotle (2005), Cicero (2002), Quintilian (2004), Saint Augustine (2002), Reboul (2004), Meyer (2007) and Abreu (2001). From the qualitative analysis of the text, we unveiled the *ethos* of Nehemiah on the process of persuasion, which had the social reform into the complex rebuild of the Jewish post-exile society as a purpose. Thus, in search of expanding our perception of the biblical text and reveal the oratorical efficiency of the so-called governor of Jerusalem.

Keywords: Rhetoric; *Ethos*; Biblical text; Nehemiah; Social reform.

Envio: março/2020

Aceito para publicação: março/2020

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO